

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

DA

DIREÇÃO-GERAL DO ORÇAMENTO

MANUAL





FICHA TÉCNICA

© Direção-Geral do Orçamento
junho de 2020

Título da publicação:
Política de Privacidade da Direção-Geral do Orçamento

Departamento Responsável:
Gabinete de Consultadoria Jurídica e Orçamental

Direção:
Diretor-Geral — Mário Monteiro
Subdiretoras-Gerais — Anabela Vilão, Patrícia Semião, Sofia Batalha

Contactos:
Rua da Alfândega, nº 5, 2º | 1149-006 Lisboa
Telefone: (+351) 218 846 300
Internet: www.dgo.gov.pt | *E-mail*: dgo@dgo.gov.pt

HISTÓRICO DE VERSÕES

Política de Privacidade da Direção-Geral do Orçamento

Versão 1.0, 18 de junho de 2020

ÍNDICE

POLÍTICA DE PRIVACIDADE DA DIREÇÃO-GERAL DO ORÇAMENTO	1
1. Compromisso da Direção-Geral do Orçamento relativo à proteção de dados pessoais	1
2. Responsável pelo tratamento de dados e Encarregado de Proteção de Dados	1
3. Dados pessoais, titulares de dados pessoais e categorias de dados pessoais	1
4. Fundamentos e finalidades do tratamento de dados pessoais.....	2
5. Período de conservação dos dados pessoais.....	3
6. Direitos dos titulares dos dados.....	3
7. Transmissão de dados	4
8. Política de <i>cookies</i> (sítio Internet da DGO).....	4
9. Legislação.....	5

POLÍTICA DE PRIVACIDADE DA DIREÇÃO-GERAL DO ORÇAMENTO

Na esteira dos trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos em matéria de Regime de Proteção de Dados no âmbito da Direção-Geral do Orçamento, verte-se no presente documento a respetiva Política de Privacidade.

1. Compromisso da Direção-Geral do Orçamento relativo à proteção de dados pessoais

A Direção-Geral do Orçamento (doravante DGO), procede, no contexto das suas atribuições, ao tratamento de dados pessoais, pretendendo assegurar com rigor, eficácia e segurança a proteção de todos os dados que recolhe e trata.

A presente Política de Privacidade descreve como tratamos os seus dados pessoais e como poderá exercer os seus direitos enquanto titular de dados pessoais tratados pela DGO.

2. Responsável pelo tratamento de dados e Encarregado de Proteção de Dados

No âmbito das suas atividades e atribuições, a **DGO é a entidade responsável pela recolha e tratamento de dados pessoais**, processados e armazenados de forma automatizada e não automatizada.

A DGO dispõe de um **Encarregado de Proteção de Dados (EPD)**, que poderá ser contactado através do seguinte endereço de correio eletrónico (*e-mail*):

✓ sergio.pinto@dgo.gov.pt.

Ao Encarregado de Proteção de Dados incumbe, em especial, monitorizar a conformidade das atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais com as normas legais e regulamentares aplicáveis, sendo ainda o ponto de contacto entre a DGO e a Autoridade Nacional de Controlo na matéria, bem como entre a DGO e os seus clientes e utilizadores em questões relativas ao tratamento de dados pessoais.

3. Dados pessoais, titulares de dados pessoais e categorias de dados pessoais

Dados pessoais são todas as informações, de qualquer natureza, recolhidas em qualquer tipo de suporte, relativas a uma pessoa singular, identificada ou identificável. Considera-se que uma pessoa é identificável quando sobre ela se dispõe de um conjunto de informações que podem levar à respetiva identificação, nomeadamente por referência a um identificador (como seja, por exemplo, um número de identificação ou um dado de localização).

Em face das atribuições da DGO, no seu âmbito são tratados maioritariamente dados de pessoas coletivas públicas. Não obstante, para execução das suas atribuições, podem ser recolhidos e tratados, nomeadamente, dados dos seguintes tipos de pessoas singulares:

- ✓ Clientes (por ex. requerentes)
- ✓ Prestadores de serviço e respetivos colaboradores;
- ✓ Participantes em formação e outras ações promovidas pela DGO;

A DGO recolhe somente dados pessoais que se mostrem adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário relativamente às finalidades para os quais são tratados.

A recolha de dados pessoais pode ser feita oralmente, por escrito (nomeadamente através de formulários e contratos), bem como através do sítio na Internet da DGO. Regra geral, recolhemos diretamente os seus dados, podendo igualmente ser recolhidos dados pessoais através de fontes públicas (como sítios na Internet e listas públicas oficiais).

Para execução de diferentes finalidades, poderemos recolher os seguintes tipos de dados pessoais:

- ✓ Dados de identificação (como nome, naturalidade, número do cartão do cidadão ou data de nascimento);
- ✓ Dados de contacto (como telemóvel, morada ou endereço de correio eletrónico);
- ✓ Dados de habilitação e situação profissional (como nível de escolaridade e currículo profissional);
- ✓ Dados bancários, financeiros e transações (como número de identificação bancária [IBAN] ou número de identificação fiscal);
- ✓ Dados de localização (como endereço de IP);
- ✓ Imagens de gravação de eventos ou de videoconferências.

Em regra, a DGO não recolhe dados especiais, como dados de saúde ou dados referentes a contraordenações ou ilícitos criminais.

4. Fundamentos e finalidades do tratamento de dados pessoais

Todos os dados recolhidos e tratados pela DGO têm por fundamento uma das seguintes condições de legitimidade:

- ✓ **Consentimento:** quando a recolha é precedida do seu consentimento expresso, específico e informado, através de suporte escrito ou via eletrónica;
Recolhemos o seu consentimento, por exemplo, para finalidades relacionadas com a subscrição de *newsletters* ou para inscrição em ações promovidas pela DGO;
- ✓ **Execução de contrato ou diligências pré-contratuais:** quando o tratamento é necessário para a execução de um contrato no qual é parte ou para diligências pré-contratuais. Esta condição estará preenchida quando tratarmos os seus dados para efeitos de gestão de contratos de fornecimento e de prestação de serviços.
- ✓ **Cumprimento de obrigações legais:** quando o tratamento é necessário para cumprimento de uma obrigação jurídica. Aqui se inclui, por exemplo, a comunicação de dados junto de outros organismos públicos (nacionais e comunitários), fiscais ou judiciais;
- ✓ **Interesse público:** quando o tratamento de dados pessoais é necessário para exercício de funções de interesse público;

- ✓ **Interesse legítimo:** quando o tratamento se mostre necessário para prossecução de interesses legítimos da DGO ou de terceiros, sem prejudicar os direitos e as liberdades dos seus clientes e/ou utilizadores. Aqui se incluem todos os tratamentos que resultam de atribuições conferidas por lei.

Os dados pessoais recolhidos pela DGO apenas são processados para fins específicos, explícitos e legítimos. Sempre que sejam recolhidos dados pessoais, os mesmos destinam-se exclusivamente às finalidades expressamente identificadas quando da recolha. Elencamos aqui as principais finalidades que justificam a recolha de dados pessoais por parte da DGO:

- ✓ Tratamento de requerimentos dirigidos à DGO ou ao(s) membro(s) do Governo que a tutela(m);
- ✓ Gestão de eventos promovidos pela DGO;
- ✓ Contratualização de fornecimentos e de prestações de serviços;
- ✓ Divulgação de *newsletters* / publicações.

5. Período de conservação dos dados pessoais

A DGO trata e conserva os seus dados pessoais apenas durante o período que se mostre necessário à prossecução ou conclusão das finalidades a que se destinam, respeitando os prazos máximos necessários ao cumprimento das respetivas obrigações contratuais, legais ou regulamentares.

Regra geral, quando exista um contrato que legitime o tratamento dos seus dados pessoais, a DGO manterá esses dados enquanto permanecer a relação contratual. Existem, todavia, situações, como o cumprimento de obrigações legais ou regulamentares (por exemplo, para efeitos de cumprimento de obrigações fiscais, os dados pessoais relativos a faturação devem ser conservados pelo prazo de 12 anos a contar da prática do ato), bem como a pendência de um processo judicial, que podem legitimar que os seus dados pessoais sejam conservados por período de tempo superior.

Findo o período de conservação, a DGO procederá à eliminação dos dados pessoais.

6. Direitos dos titulares dos dados

Nos termos da legislação em vigor, a partir do momento em que recolhemos e tratamos os seus dados, existe um conjunto de direitos que, a qualquer momento, poderá exercer junto da DGO, a saber:

- ✓ **Direito de acesso:** direito que lhe permite obter informação relativamente ao tratamento dos seus dados e respetivas características (nomeadamente o tipo de dados, a finalidade do respetivo tratamento, a quem podem ser comunicados os seus dados, o prazo de conservação dos mesmos e quais os dados a fornecer obrigatória ou facultativamente);
- ✓ **Direito de retificação:** direito que lhe permite solicitar a retificação dos seus dados, exigindo que estes sejam exatos e atuais, quando, por exemplo, considere que os mesmos estão incompletos ou desatualizados;
- ✓ **Direito à eliminação dos dados ou «Direito a ser esquecido»:** direito que lhe permite solicitar a eliminação dos seus dados, quando considere que não existem fundamentos válidos para a conservação dos mesmos por parte da DGO, que pode ser efetivado desde que não exista fundamento válido que legitime a subsistência do respetivo tratamento (como a execução de um contrato ou o cumprimento de uma obrigação legal ou regulamentar);

- ✓ **Direito à limitação:** direito que lhe permite a suspensão do tratamento ou a limitação do tratamento dos seus dados pessoais a certas categorias de dados ou finalidades;
- ✓ **Direito à portabilidade:** direito mediante o qual poderá solicitar o envio dos seus dados, em formato digital de uso corrente, que permita a sua reutilização por outras entidades. Em alternativa, poderá solicitar à DGO a transmissão dos seus dados para outra entidade, que passará a ser a responsável pelo tratamento dos mesmos;
- ✓ **Direito de oposição:** direito que lhe permite opor-se ao tratamento de dados para determinadas finalidades, desde que não se verifiquem interesses legítimos que prevaleçam sobre os seus interesses. Um dos exemplos deste direito respeita à oposição a finalidades de publicitação;
- ✓ **Direito de retirar o consentimento:** direito que lhe permite retirar o seu consentimento ao tratamento de dados, que pode ser exercido apenas quando o seu consentimento seja a única condição de legitimidade.

Todos os direitos atrás descritos poderão ser exercidos, com as limitações previstas na legislação aplicável, mediante pedido por escrito a ser remetido à DGO.

Poderá ainda colocar diretamente ao Encarregado de Proteção de Dados da DGO, através do *e-mail* indicado no ponto 2., questões relacionadas com o tratamento dos seus dados.

Poderá igualmente apresentar qualquer reclamação junto da Autoridade Nacional de Controlo em matéria de proteção de dados, atualmente a Comissão Nacional de Proteção de Dados, com sede na Av. D. Carlos I, 134 — 1º, 1200-651 Lisboa, telefone nº 213 928 400, fax nº 213 976 832 e *e-mail* geral@cnpd.pt.

7. Transmissão de dados

Atendendo às atribuições da DGO, e dependendo da respetiva finalidade, os seus dados poderão ser partilhados com entidades terceiras (nas quais se incluem organismos públicos nacionais e internacionais e entidades privadas) para efeitos de cumprimento de obrigações legais ou regulamentares, contratuais ou funções de interesse público.

Os seus dados poderão ainda ser acedidos por prestadores de serviços da DGO, tidos como necessários para a execução das finalidades atrás descritas, nomeadamente no que respeita a serviços de segurança de informação e de arquivo. A DGO recorre apenas a prestadores de serviços que apresentem garantias de execução de medidas técnicas e organizativas necessárias e adequadas para proteger os seus dados pessoais.

8. Política de *cookies* (sítio Internet da DGO)

Cookies são pequenos ficheiros de texto com informação relevante que é descarregada pelo dispositivo de acesso (computador, telemóvel/*smartphone* ou *tablet*), através do navegador de Internet (*browser*), quando um sítio Internet é visitado pelo utilizador, sendo utilizados para armazenar informações sobre as visitas dos utilizadores.

Os *cookies* usados pela DGO no sítio Internet <<https://www.dgo.gov.pt>> não recolhem informações pessoais que permitam identificar o utilizador.

9. Legislação

O tratamento de dados de carácter pessoal dos utilizadores e clientes realizado pela DGO, bem como o envio de comunicações realizadas por meios eletrónicos no seu âmbito, estão em conformidade com as legislações nacional e comunitária em vigor, nomeadamente com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016) e com a Lei nº 58/2019, de 8 de agosto.



© Direção-Geral do Orçamento
18 de junho de 2020



170
anos

Direção-Geral do Orçamento
junho de 2020